

# Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

**58**

ABRIL – JUNHO  
1990

# BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	700\$00	1.300\$00
Outros países estrangeiros	850\$00	1.600\$00
Este número	200\$00	—

---

ABRIL — JUNHO

**58**

ANO XV

Apresentação

A Dedicção da Igreja e do Altar

*José Ferreira*

Restauro de Pintura e Imaginária

*José Bénard Guedes*

Congregação do Culto Divino

XVI Encontro Nacional

Museus da Igreja

Centro Nacional de Pastoral Litúrgica

I Jornada Nacional de Grupos Corais Litúrgicos

O Património Histórico-Cultural da Igreja

*Sai este número do Boletim com um conteúdo particularmente rico, oportuno e variado.*

*A recente publicação do Pontifical Romano da Dedicção da Igreja e do Altar, se outras razões não houvesse, chegaria para dar a maior oportunidade ao artigo do Côn. José Ferreira. Com a sabedoria que lhe é própria, com o seu estilo inconfundível, com a graça que todos lhe atribuem e que não se opõe à seriedade do assunto, o tema vem tratado por quem conhece o texto do Pontifical por dentro e em profundidade. Só é pena que a limitação do espaço não permita que o artigo seja publicado na íntegra.*

*O trabalho sobre o restauro das pinturas e imagens das nossas igrejas mostra, com a perícia e o saber de experiências feitas, como é urgente reflectir sobre este problema. O restauro é uma técnica, uma arte e um acto de cultura. Poucas pessoas no nosso País seriam capazes de tratar este assunto com tanta profundidade, sabedoria e transparência como José Bénard Guedes. Oxalá que a leitura deste artigo evite que as pessoas cometam, por ignorância e inconsciência, tantos excessos e tantos crimes de lesa-arte.*

*A Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos é responsável pelos textos e a orientação da liturgia da Missa, dos Sacramentos e dos Sacramentais. A sua acção projecta-se sobre toda a Igreja e centra-se fundamentalmente naquilo que a Igreja tem de mais íntimo e transcendente: a celebração do Mistério Pascal. Tudo o que se passa nesta Congregação interessa a todos. Por isso, pomos em devido relevo algumas das maiores actividades que ocupam e preocupam presentemente esta Congregação, desde a "Consulta 1990", que reflectiu sobre a revisão do Missal e de boa parte dos Rituais, em vista de novas edições típicas, até ao Suplemento de Liturgia das Horas e ao documento sobre a Liturgia e a Piedade Popular, que se encontra em fase avançada de preparação.*

*A aproximação do XVI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, a realizar de 23 a 27 de Julho, explica e justifica a publicação da sua temática, do seu programa básico e da parte administrativa que o envolve. Também aqui há um número a salientar pela sua novidade: o concerto da noite do dia 27 dado pela Orquestra do Porto e pelo Coro da Sé Catedral do Porto.*

*As notícias que vêm a seguir, são de grande interesse para a Pastoral no nosso País.*

O Centro Nacional de Pastoral Litúrgica, criado recentemente pela Conferência Episcopal Portuguesa e instalado no Centro Pastoral Paulo VI do Santuário de Fátima, nasce com capacidade para realizar uma grande missão pastoral no campo de Liturgia, da Música Sacra e da Arte Sacra. A nomeação do P. Dr. Frei Pedro Lourenço Ferreira, OCD, para seu primeiro director, dificilmente poderia ser mais acertada. Pela sua especialização litúrgica, pela sua colaboração no Secretariado Nacional de Liturgia, de que é Vogal há muitos anos, pela sua formação carmelitana, pelo seu espírito prático, o P. Dr. Pedro Ferreira dá garantias, mais do que suficientes, para o bom desempenho da sua delicada e responsabilizante missão neste Centro. A Comissão Episcopal de Liturgia, a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e o Santuário de Fátima patrocina a nova instituição e sentem-se corresponsáveis pelo seu bom êxito e pelo serviço que irá prestar à formação litúrgica do Povo de Deus em Portugal.

O Serviço Nacional de Música Sacra acaba de realizar uma grande acção a nível nacional. No passado dia 2 deste mês de Junho, efectuou-se a I Jornada Nacional de Grupos Corais Litúrgicos. Das 10.30 às 19 horas, o programa foi cumprido com todo o rigor e sem grandes dificuldades, dada a boa vontade de cerca de 10.000 participantes vindos de todas as dioceses de Portugal. Desde a celebração mariana, que se iniciou na Cruz Alta e culminou na Capelinha das Aparições, até à Celebração Eucarística, a que presidiu o Sr. D. António Francisco Marques e em que concelebraram uns 80 sacerdotes, apesar de ser numa tarde de sábado, tudo decorreu em bom ambiente e com grande espírito de solidariedade cristã. Mais acções se irão seguir, menos espectaculares porventura, mas talvez não menos bem sucedidas e eficientes.

A recentíssima Nota Pastoral dos nossos Bispos sobre o Património histórico-cultural da Igreja é de uma oportunidade flagrante. Sem esquecer as lições da História, esta Nota traça em linhas fortes as finalidades do património eclesial, reconhece os benefícios, para ambas as partes, de uma cooperação isenta entre a Igreja e a Sociedade Civil, mostra os esforços já feitos, acentua o papel activo dos leigos, alarga o âmbito do património aos objectos e documentos humildes, e aponta uma série de acções que são do maior interesse e oportunidade.

A notícia sobre os Museus da Igreja já se insere neste contexto e até constituiu uma das primeiras acções da Comissão Nacional.

# A Dedicção da Igreja e do Altar

## O rito da dedicação

### I — O sentido das palavras

Começamos por analisar as palavras que servem de título a esta comunicação.

#### 1. Rito

A palavra rito pode ter em liturgia várias significações. Uma vez, pode significar a *liturgia própria de determinada Igreja*, diferente de outras Igrejas; assim fala-se de rito romano, rito ambrosiano, rito bizantino, etc. Outras vezes, significa o *gesto* ou *acção* que entra em determinada celebração em oposição à *palavra*, e assim se diz que a celebração litúrgica consta de duas partes: a palavra e o rito. Outras muitas vezes, como no nosso caso concreto, rito significa o *conjunto e ordenamento dos vários elementos* que entram numa determinada acção litúrgica ou que constituem alguma parte dessa acção. É assim que se fala do rito do Baptismo, do rito da Confirmação ou do rito de entrada, da comunhão, e assim sucessivamente, em relação às diversas celebrações. É neste último sentido que falamos agora do Rito da Dedicção da Igreja. A palavra latina tradicional para estas circunstâncias é *Ordo*; no caso presente, o livro litúrgico latino intitula-se precisamente: *Ordo dedicationis ecclesiae et altaris*. A dificuldade de encontrar o termo português para traduzir, de maneira aceitável, o vocábulo *Ordo* (ele mesmo variável na sua significação!), levou a traduzi-lo, na maior parte dos casos, por Rito, seguido do nome da respectiva celebração, como no caso presente: *Rito da Dedicção da Igreja*, ou simplesmente a omiti-lo diante do nome da celebração, como se pode ver na edição portuguesa, agora editada, em cuja capa se lê somente: *Dedicção da igreja e do altar*.

Na actual reforma litúrgica, cada celebração tem o seu livro próprio, mas os livros das acções litúrgicas que se destinam a ser presi-

didadas por determinado ministro, sobretudo se se trata dos Sacramentos e de certos Sacramentais, como é o caso presente, esses livros, quase poderíamos chamar-lhes “esses fascículos”, integram-se num determinado livro litúrgico comum. É assim que tudo o que se refere a celebrações normalmente presididas pelo Bispo, como é o caso da dedicação da igreja, faz parte do livro chamado *Pontifical Romano*. A ele nos referiremos várias vezes.

## 2. Dedicção

É este o nome tradicional para designar o rito da inauguração de uma igreja, rito pelo qual o povo cristão *dedica* ou consagra a Deus uma nova casa destinada às reuniões de oração e particularmente à celebração da Eucaristia.

Logo desde o princípio da celebração, o Bispo, na monição que dirige ao povo, assim se exprime: “*Estamos aqui reunidos... para fazermos a dedicação da nova Igreja...*” (II, n. 38). É também assim que, mais adiante, a Oração da Dedicção se exprime: “*Senhor...hoje o vosso povo fiel quer dedicar-Vos... esta casa de oração*” (n. 62). Outrora também se dizia *sagração*; de facto, a palavra *sagração* pode ser sinónima de consagração e esta sinónimo de dedicação, como se pode verificar, mesmo no uso profano, na fórmula com que, por vezes, o autor de um livro escreve na primeira página, dirigindo-se à pessoa que pretende homenagear com a sua obra “... oferece, dedica e consagra”, por vezes até em abreviatura: O.D.C.

A *Dedicção*, rito particularmente solene e expressivo, previsto, com este nome, no *Pontifical Romano*, distingue-se da benção, também prevista no mesmo *Pontifical*, para a inauguração de uma igreja, mas que é mais simples e menos expressivo.

Quanto ao uso de um e outro rito, isto é o da *dedicção* e o da *benção* assim se exprime o *Pontifical*: “Convém que os edifícios sagrados ou igrejas, que se destinam, de maneira estável, à celebração dos divinos mistérios, sejam dedicados a Deus segundo o Rito da dedicação da igreja... Os oratórios, capelas ou edifícios sagrados que, por circunstâncias especiais, temporariamente se dedicam ao culto divino, convém que sejam benzidos segundo o Rito que a seguir se descreve”: (v, 1).

É sobretudo pela Oração da Dedicção e pela especial abundância dos símbolos que a dedicação se distingue da simples benção.

### 3. Igreja

Por *igreja* entende-se o edifício sagrado destinado ao culto divino, ao qual os fiéis têm direito de ir para prestarem este culto, sobretudo de maneira pública (c. 1214). Entre as igrejas ocupam lugar de maior importância a catedral e a paroquial.

O nome de *capela* quase desapareceu do novo *Código de Direito Canônico*, e hoje tem este nome ou ainda melhor o de *capela privada*, "o lugar destinado, com licença do Ordinário do lugar, ao culto divino em benefício de uma ou várias pessoas físicas" (CDC, c. 1226).

Há ainda o *oratório* que é "o lugar de culto destinado, com licença do Ordinário do lugar, ao culto divino, em benefício de alguma comunidade ou grupo de fiéis que aí se reúnem, ao qual também podem ter acesso outros fiéis por concessão do Superior competente" (*ib.*, c. 1223)

Em princípio, "convém que a igreja... seja dedicada ao Senhor por um rito solene" (II, 2 e v, 1), o rito próprio da dedicação; "os oratórios e capelas privados convém que sejam benzidos segundo o rito prescrito nos livros litúrgicos" (CDC, c. 1229; cf. V, 1)

Olhemos então para o livro que contém estes ritos, cujo título português é: *Dedicação da igreja e do altar*.

#### II — O Pontifical Romano da dedicação e o seu conteúdo

Consta ele de sete capítulos. Cada capítulo apresenta a palavra *Rito* seguida da referência à respectiva celebração. Assim:

Capítulo I: Rito do lançamento da primeira pedra ou começo das obras para a construção de uma igreja.

Capítulo II: Rito da dedicação da igreja.

Capítulo III: Rito da dedicação da igreja na qual já se costumam celebrar os sagrados mistérios.

Capítulo IV: Rito da bênção do altar.

Capítulo V: Rito da bênção da igreja.

Capítulo VI: Rito da bênção do altar.

Capítulo VII: Rito da bênção do cálice e da patena.

O capítulo central é o segundo: *Dedicação da igreja*.

E, na dedicação da igreja, o elemento central são os ritos relacionados com o altar. Mas pode suceder que se faça a dedicação do altar sem que se faça a da igreja. É esse rito que se apresenta no capítulo V:

*Dedicação do altar.* Pode até acontecer, e o caso não é de todo raro, embora não seja de encorajar, que se faça apenas a bênção da igreja e nela a dedicação do altar. Pelo menos, tal não deve acontecer por simples critério de brevidade. Mas a hipótese vem prevista no Pontifical (V, 22).

Cada capítulo é introduzido por uns Preliminares, alguns bastante desenvolvidos, em que se apresentam as perspectivas bíblicas, teológicas e litúrgicas da celebração e são dadas orientações pastorais da maior importância para que a celebração seja realmente uma acção em que toda a comunidade a quem ela diz respeito para ela se prepare, a celebre com a devida participação interior e exterior, e seja por ela dinamizada como comunidade viva, em crescimento constante, como se pede logo no rito do lançamento da primeira pedra: *Olhai com bondade, para estes vossos filhos que se reuniram, com tanta alegria, para dar início à construção da nova igreja, e concedei que eles cresçam como templo da vossa glória.* Afinal, mais do que o edifício, são os cristãos que constituem a Igreja, o templo onde reside e se manifesta a glória de Deus. Este pensamento vai estar sempre presente em todo o rito da dedicação.

### III — O rito da dedicação

A) Antes de entrarmos na análise dos diversos elementos do rito da dedicação, vejamos os principais de uma forma sumária.

a) “A celebração da Eucaristia é o rito mais importante e o único necessário para dedicar a igreja”, lê-se no Pontifical (n. 15). E assim foi no princípio.

b) No entanto, segundo a tradição da Igreja, quer do Oriente quer do Ocidente, diz-se também a *Oração da Dedicação*, na qual é significada a intenção de dedicar a igreja do Senhor para sempre e se pede a sua bênção (*ib.*). A seu tempo comentaremos.

c) Porque a celebração da Eucaristia é o elemento mais importante do rito da dedicação, é natural que o altar seja objecto de ritos especiais. Esses ritos vão constituir um conjunto esplêndido, cheio de simbolismo, expresso em linguagem ao mesmo tempo simples e eloquente, que os torna capazes de realizarem, com beleza e de maneira sugestiva, aquilo mesmo que pretendem: proclamar o mistério do altar, ajudar a compreendê-lo e nele participar. Esses ritos são: a unção, a incen-

sação e a iluminação do altar e da igreja, além do revestimento, que apenas diz respeito ao altar.

d) Um dos ritos mais tradicionais e outrora dos mais populares, mas que hoje raras vezes se pode observar, é a colocação de relíquias de Santos, sobretudo de Mártires, debaixo do altar. E não se pode observar com frequência este rito, porque não é fácil terem-se relíquias nas condições justamente exigidas pelo Pontifical, a saber:

1) que as relíquias sejam suficientemente grandes para se poder verificar que elas são parte de corpos humanos;

2) que elas sejam verdadeiramente autênticas. No caso de não haver relíquias, omite-se tudo o que no rito da dedicação se relaciona com elas e que seria muito belo!

e) Elemento hoje normal em todas as celebrações é também aqui a *Liturgia da Palavra de Deus*, especialmente organizada para esta celebração, como veremos.

B) Entremos então no desenrolar da celebração, embora sem estarmos neste momento a realizá-la, o que torna mais difícil fazê-la compreender, porque a liturgia é uma acção que só se entende completamente quando se realiza e nela se toma parte.

## **I — Ritos Iniciais**

### **1. A assembleia celebrante e a entrada na igreja**

Como está previsto para outras celebrações da liturgia (sempre que não se trate de casos especiais), também a celebração da dedicação supõe, antes de mais, a assembleia da comunidade cristã, presidida pelo Bispo, rodeado dos presbíteros, sobretudo daqueles a quem é confiada a comunidade a quem a igreja se destina, dos diáconos e mais ministros. A assembleia é já o primeiro elemento da celebração, primeiro e fundamental. "Reunido o povo" é a primeira palavra do livro litúrgico respectivo em todas as celebrações e nesta também (cf. 29 e 30; 36 -37).

Mas a entrada na igreja faz-se de um dos três modos seguintes conforme as circunstâncias de lugar e de tempo.

#### *a) Primeiro modo: Procissão*

O povo reúne-se numa igreja próxima ou noutro lugar apropriado.

O Bispo, com os celebrantes e ministros, aproxima-se e saúda o povo. A primeira palavra do presidente é sempre a saudação, que neste caso será: *a graça e a paz estejam com todos vós na santa Igreja de Deus*. E a palavra Igreja aparece escrita com maiúscula, o que esclarece, logo desde o início, que não se trata da igreja - espaço celebrativo, mas da assembleia da comunidade cristã.

O Pontifical acrescenta que a saudação se fará com estas ou outras palavras apropriadas, tiradas de preferência da Sagrada Escritura.

O Bispo faz depois uma *monição* "com estas palavras ou outras semelhantes", para dispor a assembleia para a celebração. É o Bispo quem faz a monição. Aliás em todo o rito da dedicação o Bispo aparece, do princípio ao fim, como verdadeiro *presidente*, aquele que *preside e dirige*, como sua cabeça, toda a assembleia celebrante. Será certamente útil a presença de um *comentador*; mas é o presidente, no caso o Bispo, quem, ao longo de todo o rito, realiza e comenta os sinais à medida que os vai realizando. E não o faz como quem explica, à maneira escolar, mas como quem proclama e quase como quem ora. Não é alguém que comenta de fora, mas aquele que preside celebrando. Aliás o comentador também não deve actuar como "voz de fora", mas como alguém que se integra na celebração.

Terminada a monição, a assembleia encaminha-se processionalmente para a nova igreja orando e cantando a antífona: *Vamos com alegria para a casa do Senhor* com o salmo 121; ou outro cântico apropriado. É quase sempre assim que hoje se apresentam os cânticos do Rituais: este ou outro cântico apropriado. A razão é evidentemente facilitar a participação da assembleia, apontando o modelo. O fundamental não é cantar, mas integrar-se, cantando, na celebração. Os responsáveis pelo canto na celebração não podem perder de vista este critério nem os modelos que vão sendo apresentados.

Se houver relíquias de Santos para serem colocadas debaixo do altar, é muito conveniente que junto deles se celebre a Vigília, com o Ofício de Leitura tirado do Comum ou do Próprio respectivo (10). As relíquias serão depois levadas nesta procissão de entrada, transportadas por diáconos ou presbíteros, e rodeadas pelos ministros ou fiéis com luzes (I, 31).

## **2. Entrega da igreja ao Bispo**

Chegada à porta da igreja, realiza-se um gesto muito humano,

mas muito significativo da atitude espiritual de quem se dispõe a fazer a dedicação. Os representantes dos que trabalharam para a construção da igreja (as paróquias ou os fiéis da diocese, benfeitores, arquitectos, operários) *entregam o edifício* ao Bispo; para isso oferecem-lhe ou os documentos jurídicos da posse do edifício, ou as chaves, ou a reprodução das mesmas, ou o livro com a história da sua construção e os nomes das pessoas que estiveram à frente da obra e dos operários. Um daqueles representantes pode dirigir algumas palavras ao Bispo e à comunidade, explicando, se for necessário, o que a nova igreja pretende exprimir com a sua arte e forma peculiar.

Só então o Bispo diz ao presbítero encarregado daquela comunidade que *abra a porta da igreja*, e convida o povo a entrar, com as palavras dos salmos: *"Entrai pelas portas do Senhor dando graças, e entrará o Rei da glória"* (Sl. 99 e 23).

A liturgia da dedicação é toda ela uma celebração orante e uma catequese mistagógica.

Só então o povo entra, cantando: *Levantai-vos, pórticos antigos, e entrará o Rei da glória*, com o salmo 23.

#### *b) Segundo modo: Entrada solene*

Se não se pode fazer a procissão, o povo reúne-se à porta da igreja, que convém estar fechada. O Bispo, os concelebrantes e os ministros aproximam-se vindos de fora. O Bispo faz a saudação, a monição, e o povo canta o cântico de entrada.

Os representantes dos responsáveis pela construção da igreja fazem então a entrega dela ao Bispo, abrem-se as portas e todos entram na igreja, e tudo se precessa como no caso anterior. As relíquias dos Santos, se as houver, foram já colocadas anteriormente no presbitério.

#### *c) Terceiro modo: Entrada simples*

Os fiéis estão já reunidos dentro da igreja; o Bispo, os concelebrantes e os ministros vêm da sacristia, enquanto se canta o cântico de entrada: *Deus vive na sua morada santa*, e não já: *Levantai-vos, pórticos*. De facto, já se está dentro da igreja. O mais como nos casos anteriores.

Estando agora todos na igreja, a assembleia logo se apresenta como um corpo uno e diversificado nos seus membros. Nesta sua pri-

meira reunião na igreja que se inaugura, ela vai como que tomando posse do espaço sagrado e como que inaugurando os diversos lugares que correspondem aos diversos membros do corpo da assembleia litúrgica. O Bispo dirige-se logo para a *cátedra*. É a primeira vez que ela vai ser ocupada por aquele que, na assembleia, é o sinal de Cristo, como Cabeça da Igreja, e o lugar que ele ocupa manifesta claramente "o seu múnus de presidente da assembleia e guia da oração", como o define o Missal.<sup>1)</sup> De igual modo, todos e cada um ocupam os lugares que lhes são devidos.

Passando ao lado do altar, nem o Bispo, nem os concelebrantes, nem os diáconos o beijam, nem lhe prestam nenhum sinal de veneração, como é costume. O altar ainda não foi dedicado, ainda não é realmente reconhecido como altar.

### 3. Bênção da água e aspersão

O momento que habitualmente é ocupado pelo acto penitencial, é aqui destinado à *aspersão* do povo, das paredes e do altar com água benzida expressamente para esta circunstância. O Bispo, acompanhado pelos diáconos, asperge o povo, as paredes da igreja, caminhando ao longo da nave, e, ao voltar ao presbitério, asperge o altar.

A aspersão é feita "em sinal de penitência e para recordarmos o Baptismo" (48), diz o Bispo na monição que a introduz. A oração da bênção encerra uma bela teologia do Baptismo, "*aquele banho de salvação, pelo qual, purificados em Cristo, nos tornámos templos do vosso Espírito*". É por isso que, no rito, se considera sempre o povo de Deus como o primeiro destinatário da aspersão. A aspersão é acompanhada com um cântico, e conclui-se com uma oração, cuja última frase volta a sublinhar, e agora de maneira muito clara, que, mais do que as pedras, é a comunidade cristã que constitui a Igreja: *A graça do Espírito Santo purifique o templo da sua morada, que somos nós*.

### 4. Hino e oração colecta

O rito inicial da celebração concluem-se, como de costume, com o hino *Glória a Deus nas alturas* e a *oração*.

(Continua)

JOSÉ FERREIRA

## Restauro de Pintura e Imaginária

O facto de vir aqui hoje, por honroso convite que me foi feito, para falar sobre restauro de arte e mormente de pintura e imagens, obrigou-me a fazer uma séria reflexão e peço só que nela me acompanhem.

Tenho atrás de mim uma longa carreira de técnico de restauro e de ligação a tudo o que diz respeito a conservação de arte em geral. Por outro lado, mais de vinte anos de inventariação do património artístico do Patriarcado de Lisboa. Isto numa época em que a Diocese de Lisboa abrangia as actuais Dioceses de Santarém a Setúbal, traduz-se na visita minuciosa de quatro ou cinco centenas de igrejas e capelas da área compreendida desde um pouco acima de Tomar até sul da cidade Sadina.

Ora, facto é que não venho falar a técnicos de restauro ou de conservação, mas sim a pessoas de várias sensibilidades na formação do gosto e de diversa preparação no sentido de conservação da peça antiga. Pessoas, sim — e essa é a grande qualidade — grandemente empenhadas em salvar e dignificar o tesouro artístico e histórico a que estão de qualquer modo ligadas na sua paróquia, na casa conventual ou na sua aldeia. Portanto falo a párocos ou outros zeladores do património do culto sagrado da Igreja.

Não caberia aqui, portanto, o exame de técnicas de restauro, mas sim e sobretudo o modo de salvar as peças, dos prejuízos em que se encontram.

Parece-me que em vez de falar de restauro — o que é ou o que se deve fazer — será mais útil, se conseguir, com a minha comunicação, que as pessoas aqui presentes saiam deste encontro consciencializadas sobre restauro — o que não se deve fazer.

Digamos que não vou falar de restauro, mas, com mais proveito, de pré-restauro, de conservação.

Lamentavelmente não vou trazer imagens, mas suponho que, hoje, já toda a gente viu, na televisão ou em comentários de cinema, filmes sobre restauro. O quadro antes e depois de cuidadosa limpeza, a zona suja e a zona com o verniz já removido, o rosto ou a mão que tinham pintura por debaixo.

Isto é restauro técnico altamente especializado. Sairíamos daqui maravilhados, mas sem conseguirmos executar estas tarefas. Parece-me mais útil sairmos sensibilizados para os casos que dia a dia se nos deparam.

Na falta de imagens procurarei ilustrar esta comunicação com factos concretos. Vou contar um caso verídico:

Certa senhora, habilidosa em pintura e com grande actividade religiosa, pediu ao seu Bispo para restaurar um quadro de uma igreja. De tempos em tempos fazia as suas consultas junto de um famoso mestre de restauro, que foi meu mestre, e informava-se sobre materiais a empregar.

Por uma questão de consciência passou por um antiquário local a saber o valor da peça em questão.

Feito o “restauro”, consultou de novo o antiquário e com grande espanto este atribuía agora menos de metade do valor e explicou: o quadro está muito bonito, mas todo feito de novo. Não sei o que resta por baixo da pintura original e vou gastar um dinheirão a limpá-lo e a repor a qualidade original.

É que restauro, de facto, não é pôr um quadro ou uma imagem “bonitinha”, mas sim restituir-lhe a qualidade genuína, a dignidade, a composição e a cor originais, por vezes encobertas por vernizes alterados.

O verniz constitui a grande protecção da pintura, o escudo invisível, que durante anos recebeu os fumos, as poeiras, as sujidades de toda a ordem. O perito de restauro remove esta fina película com técnicas próprias e eis que o quadro volta à sua riqueza original.

Há, claro, toda uma série de tratamentos que acompanham este: tratamento do suporte — madeira, cobre ou tela — remoção de repintes antigos, preenchimento de falhas, de novo envernizamento, etc.

O restauro não é uma técnica transcendente. Tem é de ser feito com competência.

Por alguma razão, certo instituto de restauro, em Itália, tem como lema — *Post Facta Ressurgo* —. Depois de tratado, ressurjo, ressuscito.

E ressuscitar é ter de novo a vida, não é ser transformado.

A propósito do verniz, lembro quantos quadros se perdem, porque mãos habilidosas tem uma “receitazinha” muito sua para limpar as pinturas que ficam muito mais bonitas.

Tenho encontrado quadros enegrecidos, em que mal se percebe a pintura. Pergunto a quem me acompanha se não teria havido uma

senhora habilidosa que tenha limpo o quadro com cebola, batata ou pior ainda, com óleo de linhaça... as tais "receitazinhas caseiras".

Depois vem a resposta. De facto alguém, há muitos anos, fez esse trabalhinho e os quadros ficaram lindos...

Que aconteceu? ...a cebola, a batata ou o óleo, limpavam a superfície suja e lá saiu a tal película de verniz protector... e daí o encantamento de todos.

Mas surgem dois males terríveis:

1º — Qualquer desses produtos deixou o ácido próprio a actuar na camada cromática, não foi neutralizado e queima a pintura.

2º — A pessoa não sabe que com a sujidade saiu o verniz. Não lhe deu novo verniz. Passa a camada cromática a sofrer os danos externos pela sua falta e os danos internos de queima lenta.

É outro exemplo claro do que "não é restauro".

Acontece que para a conservação da obra de arte e antes de se pensar em restauro, há outros factores importantes que devemos ter em conta.

São os riscos do ambiente.

A acumulação de pó, o calor a que as peças são expostas, como por exemplo: uma parede com grande incidência de luz solar, zonas húmidas, infiltrações, etc.

Há anos fazia eu o inventário de uma belíssima igreja da zona do Oeste onde decorriam as festas anuais. O pároco deixou-me no templo e partiu para dar aulas.

Numa primeira volta pelo edifício, verifiquei uma arrecadação ao lado da sacristia, carregada de fogo de artifício e foguetes. Tive um califrio, confiei a Deus a minha vida e conseguir sustentar a vontade de fugir!...

Comecei a pôr as peças a meu jeito para as medir, descrever e fotografar. Uma senhora viu-me, saiu da igreja e daí a pouco voltava acompanhada de doze ou quinze vizinhas, que me cercavam com ar pouco amistoso. Aquela manhã tornava-se de facto explosiva!...

Eu tinha retirado de um altar uma magnífica imagem de S.<sup>ta</sup> Maria Madalena, peça do séc. XVII ricamente estofada. Tive de a despir de mantos de setim bordados, véus, faixas e mais adereços com que saíra em procissão. Não lhe faltava até uma valiosa condecoração em ouro e esmalte da Ordem do Rei Leopoldo dos Belgas!

Tentei explicar às pessoas que estava ali numa missão que me fora confiada pelo Bispo, para protecção do património da igreja. Mostrei-lhes os danos causados pelos alfinetes de aço pregados na

imagem. Todo o estofado parecia um crivo, de buracos acrescentados em cada ano.

Mas não, elas é que sabiam cuidar do seu altar, da sua igreja, dos seus santinhos... não precisavam de conselho!

Falei-lhes então da gravidade do fogo de artifício. Dias antes, pela mesma razão, tinha explodido uma capela de romaria na Beira Alta e isto estava na memória de todos.

Aí caíram em si...

Mas eu mantenho esta interrogação grave.

Vale a pena preocupar-nos com o restauro da talha, de imagens, de pintura... com fogo de artifício na sacristia? ...É caso para pensar.

E este fogo, esta pólvora, pode ser o pó e o lixo acumulados nos forros do telhado, que infelizmente também já vi.

Pode ser a arrecadação de cera, com uma vela mal apagada!... Ficção isto?... Foi assim que ardeu numa hora a capela de N<sup>ra</sup> S<sup>ta</sup> da Vitória em Lisboa, não há muito anos e mal tinha sido toda restaurada e reaberta ao público.

Vale a pena restaurar só?... ou preocuparmo-nos só com o restauro?

Essa pólvora pode ser o fio de electricidade a passar por talhas cheias de pó, por sanefas de madeira ressequida, por trás de molduras, em instalações provisórias que acabam por ser definitivas.

Esta pólvora é ainda a saída em procissão de imagens antigas, em dias de soalheira, em que os safanões da marcha e a torreira do sol acabam por fazer estalar o estofado ou a pintura.

Por isso, eu digo: É importante restaurar, sim, mas por quem sabe. É importante sobretudo saber, junto de especialistas, o que se deve ou não fazer.

Mais do que isto ainda, é importante a vigilância, a arrumação, o cuidado com a existência das peças.

Mas há quem peque por excesso, e a história que vou contar parece anedótica.

Eu chegara muito cedo, como é meu hábito, a uma igreja longe de Lisboa e vi, com surpresa, várias telas velhas, rasgadas, enroladas e metidas em dois contentores do lixo à porta de acesso à sacristia.

A minha preocupação foi informar-me de tão insólita recepção!...

Pois a razão era simples. Sabiam da minha ida para o inventário e resolveram, as senhoras responsáveis e o sacristão, fazer limpezas às arrecadações. Até aqui, tudo bem!

Mas para que eu não ficasse impressionado com o lixo e o estado das peças... resolveram poupar-me trabalho!...

Devo dizer que o pároco tomou a si a resolução do caso, e algumas pinturas foram recuperadas, apresentando-se magníficas!

Falei no início de uma pintura mal restaurada. Devo dizer que os "habilidosos"... felizmente limitam-se a repintar por cima, com mais ou menos habilidade, sem se preocupar em tirar vernizes.

Quando assim, consegue-se ainda limpar a sua obra e repor o quadro na sua originalidade.

Com as imagens, porém, é mais grave. São entregues geralmente a santeiros, famosos alguns. Mas são santeiros e não técnicos de restauro, e fazem o que sabem.

A imagem de madeira, quando é feita, leva, antes da pintura, uma camada de base ou preparo, uma massa que aderiu à madeira, impermeabilizando e preenchendo as irregularidades. É sobre esta massa que se executa a pintura ou o estofado a ouro.

Com o tempo e os tratos, a madeira tem a sua reacção e a tendência por vezes é de este preparo ir descolando da madeira. Surgem primeiro as escamas, que saltam, e daí a estalar a pintura pouco vai.

A imagem vai para as mãos do santeiro, que começa por descarná-la totalmente, isto é, descascar toda a camada de massa. Perde-se imediatamente toda a decoração. A peça perdeu o valor.

O santeiro põe-lhe então nova camada e pinta sobre ela .

E aí vem as bochechas coradinhas, os azulinhos celestes, os vermelhos, ouros, tudo de bradar aos céus!

Quando me vêm explicar que a imagem estava muito estragada e ficou linda... não sei sinceramente o que pensar, - ou, infelizmente, sei!

Não há muito, isto aconteceu com uma belíssima cruz grande, com imagem do séc. XVII, que está no trono de uma magnífica igreja. Eu recomendara ao pároco que a deixasse estar como estava e aguardasse a ocasião de ser tratada como merecia.

Mas uma senhora, muito devota e activa, diligenciou com toda rapidez mandá-la para o santeiro, dispondo-se mesmo a pagar a centena e tal contos da despesa.

Reposta a imagem no lugar, o escândalo — creio que escândalo é a palavra própria — não se fez esperar !... Quando o pobre pároco me telefonou a pedir se eu podia ir lá fazer qualquer coisa, eu já estava informado por outras pessoas dos maus tratos de "alindamento" que a infeliz imagem sofreu.

Isto é caso para meditar seriamente!... Quem paga este prejuízo real em termos de lesa-arte? A quem pedir responsabilidade destes actos de anti-cultura? e de perda de património?

Bastará a desculpa de boa intenção?

Infelizmente, casos graves ainda sucedem com demasiada frequência.

E vem a propósito dar uma opinião, que à primeira vista pode parecer contraditória.

O dinheiro, em termos de restauro, tem um peso muito relativo.

Tenho visto restauros conscienciosos feitos com muito pouco dinheiro. É o caso, por ex: da igreja do Convento de S. Francisco em Alenquer e de outros mais modestos.

Pelo contrário, estou a lembrar-me de uma freguesia inteira, em que em pouco tempo não se aproveitou uma única capela antiga. Os azulejos antigos que resistiram, alternam com paredes forradas a azulejos de "casa de banho" moderno. As cantarias foram substituídas por pilares de cimento, quando não por caixilharia de alumínio, os velhos arcazes de sacristia com ferragens trabalhadas — o arcaz é a forma inteligente de guardar paramentos — os pobres arcazes desfeitos e em seu lugar guarda-fatos de contraplacado com vistosos puxadores cromados.

Isto porque aqui o dinheiro foi fácil. As ofertas dos emigrantes pagam todos os danos, e eles partem felizes porque fizeram "qualquer coisa" pela sua terra...

A quem pedir contas?...

Não há infelizmente em cada lugar ou em cada capela a pessoa capaz de chamar à razão os malfeitores da arte e do património. É isto que é importante criar.

O que podemos fazer então de positivo pelos valores que estão à nossa guarda?

Em primeiro lugar, a conservação, a criação de condições de ambiente e de segurança, contra os males já aqui denunciados.

Proporcionar a limpeza, o lugar seco e arejado, livre de riscos. Recolher aí as peças mais delicadas ou em maior risco de se perderem.

Procurar a pessoa idónea e especializada que possa dar o parecer seguro sobre o valor de qualidade da peça e o melhor meio de a conservar.

O conservador de Museu próximo ou da especialidade, o pároco amigo que já teve a experiência em situações semelhantes, o técnico de restauro competente, até mesmo o comerciante ou coleccionador de

arte que de antemão mereça confiança e saiba dar o parecer desinteressado.

Resta-me dizer, e para terminar, que considero o restauro — ou pré-restauro ou conservação — um acto de cultura, e a cultura adquire-se com uma informação esclarecida e uma vontade decidida.

Mais que acto de cultura considero até um acto de inteligência, pois se actuarmos com inteligência saberemos em cada caso encontrar a solução adequada, recorrendo ao nosso saber ou ao de pessoa idónea e esclarecida.

Estamos aqui reunidos, como pessoas empenhadas na melhor solução para o culto divino — e esse culto é mais que a liturgia.

Penso que mais do que ninguém, devemos cuidar e estar atentos a estes bens materiais, porque são feitos de matéria, mas espirituais, porque fazem parte da nossa civilização e cultura cristã.

Devemos estar atentos e cuidar, pois como diz o Salmo, “nos deve devorar o zelo da Casa do Senhor”. Assim o Senhor nos ajude.

JOSÉ BÉNARD GUEDES

# Congregação do Culto Divino

## Consulta 1990

A Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos realizou uma Consulta, de 24 a 20 de Abril deste ano, para preparar a Reunião Plenária da Congregação programada para o próximo mês de Novembro.

Esta Consulta teve por objectivo estudar o texto da Introdução Geral ao Livro dos Sacramentos e rever os Rituais do Baptismo, Confirmação, Penitência, Unção dos doentes e Exéquias, em ordem a uma 2.<sup>a</sup> edição típica. Também se reflectiu sobre o Missal, cuja 3.<sup>a</sup> edição típica se encontra em preparação.

Deram-se informações sobre alguns documentos em preparação sobre "Adaptação em Liturgia, "A Liturgia e os Jovens" e "A Liturgia e a piedade popular".

Houve ainda uma reunião com os membros das Comissões internacionais das traduções litúrgicas e também com os representantes das línguas espanhola e portuguesa.

O Director do nosso Secretariado Nacional de Liturgia, a convite da Congregação, participou nos trabalhos desta Consulta e fez parte do grupo que trabalhou na revisão do Ritual das Exéquias.

Os participantes da Consulta concelebraram a Eucaristia com o Papa João Paulo II na sua capela particular e, no fim, puderam cumprimentar o Santo Padre que agradeceu a cada um o trabalho realizado no campo da Pastoral Litúrgica.

## Liturgia e Piedade Popular

Para responder com iniciativas concretas às orientações dadas pelo Santo padre na Carta Apostólica "Vicesimus quintus annus" sobre a piedade popular cristã nas suas relações como a Liturgia, constituiu-se um grupo de estudo junto da Congregação, em Novembro de 1990, tendo por objectivo tratar deste tema e preparar o esboço dum documento que dê critérios de orientação pastoral.

O cargo de Relator do novo grupo de estudos foi confiado ao Prof. Acille Maria Triacca, SDB. Fazem parte deste grupo: P. Inácio Calabuig; OSM; P. Jesus Castelhana, OCD; P. Mário Lessi-Ariosto, SJ; P. Silvano Maggiani, OSM; Alessandro Pistoia, CM; Manlio Sodi, SDB; Mons. Sérgio Bianchi é o secretário.

O grupo de trabalhos reuniu-se pela primeira vez no dia 16 de Dezembro de 1989. Apresentada a finalidade do grupo, deram-se algumas directrizes sobre o processo de trabalho: estudar os vários aspectos da piedade popular nas suas relações com a vida litúrgica e propor orientações concretas para a acção pastoral. De modo específico, deverá estudar-se a "terminologia" a usar; os elementos distintivos da Liturgia e o que não é Liturgia; os âmbitos respectivos da piedade popular e das celebrações litúrgicas (relações entre os exercícios de piedade, as devoções, a religiosidade popular e os Sacramentos e Sacramentais); os princípios e os valores respeitantes à piedade popular com abertura para o que é oportuno experimentar.

A segunda reunião do grupo realizou-se no dia 20 de Janeiro de 1990. Foram objecto de estudo e de discussão os títulos de futuro documento sobre a Liturgia e a piedade popular; os seus destinatários; os "centros de interesse" que polarizam as questões da piedade popular (categoria, tempo, pessoas, etc.); a introdução ao documento e a sua estrutura (critérios teológicos, históricos, catequéticos, pastorais e de espiritualidade).

No dia 27 de Fevereiro efectuou-se a terceira reunião do grupo. Tratou-se, antes de tudo, de uma hipótese de introdução ao documento e examinou-se um esboço de linhas históricas, compreendendo as raízes da devoção popular na antiguidade cristã, na Idade Média e no período pós-tridentino; das orientações da Igreja no seu magistério recente, das instâncias e realizações do último decénio.

Fez-se depois o exame dum esboço do texto referente aos princípios teológicos para uma avaliação da piedade popular; dos princípios ou linhas pastorais para orientar a prática (ou *praxis*) e das linhas para a catequese e a espiritualidade.

### **Suplemento da Liturgia das Horas**

De 6 a 9 de Fevereiro de 1990 fez-se uma reunião ordinária do "grupo da Liturgia das Horas, Suplemento" na sede da Congregação. Os membros do grupo examinaram a escolha dos textos patrísticos para as

semanas I-XVII do Tempo Ordinário, Ano I, juntamente com os respectivos responsórios. Reviu-se ainda uma nova série de projectos de "orationes supersalmos" (orações sálmicas) para os Salmos das semanas I e II.

O grupo examinou ainda um projecto de Vésperas pascais a inserir no volume de "Supplementum" para o tempo da Páscoa.

### **Ritual da Ordenação**

Está em fase de impressão uma nova edição típica (*editio typica altera*) do *Ritual da Ordenação*, cujo Decreto é datado de 29 de Junho de 1989 e tem a assinatura do Ex.mo Cardeal Eduardo Martínez, Perfeito da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos. Tanto este Decreto como os *Preliminares* gerais e de cada capítulo vêm publicados em *Notitiae*, n. 283, de Fevereiro de 1990.

Do Comentário autorizado que é da autoria do P. Mário Lussi-Ariosto, SJ, e foi publicado no mesmo número de *Notitiae*, colhemos alguns elementos para ilustração dos nossos leitores.

No dia 10 de Maio de 1989 o Santo Padre aprovou o texto da segunda edição típica do Ritual das Ordenações do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos (*De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum*) e, ao mesmo tempo, derogando o que está prescrito no can. 1037 do Código de Direito Canónico, estabeleceu que a obrigação de assumir publicamente o celibato na ordenação diaconal seja alargada também aos candidatos que já tenham emitidos os votos perpétuos num Instituto religioso.

Tendo sido publicado em 1968 como primícias dos livros litúrgicos do Concílio Vaticano II, o Ritual da Ordenação (então, *De Ordinatione diaconi, presbyteri et episcopi*) não podia gozar dos frutos da experiência pastoral que se foi acumulando à medida que os outros Rituais iam sendo publicados e postos a uso.

Cedo se notaram certas diferenças, como, por exemplo, a falta de verdadeiros *Preliminares*, a presença de embolismos próprios só no Cânon Romano. Surgiram algumas observações acerca da Oração da ordenação dos presbíteros que, apesar de algumas mudanças, parecia pouco rica, bíblica e teologicamente, para a apresentação da identidade do presbítero. Diversos pontos precisavam de ser esclarecidos quer em referência à edição do *Missal Romano*, quer sobretudo depois da edição do Cerimonial dos Bispos.

Enquanto a primeira edição seguia uma ordem ascendente, desde o diácono até ao Bispo, de acordo com o modo como se acedia às Ordens na praxe estabelecida havia tempos, a nova edição intitula-se: *De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum*. O título reflecte assim a teologia comum tanto nas fontes mais antigas do Ocidente como na maior parte dos livros litúrgicos do Oriente e ainda como ela vem exposta na Constituição dogmática *Lumen Gentium*, isto é, que a apresentação do sacramento da Ordem é mais clara se for a partir do episcopado. Além disso, usa-se o singular para o Bispo e o plural para os presbíteros e os diáconos, porque uma Igreja local tem um só Bispo e vários presbíteros e diáconos. Todavia, mantiveram-se ainda no livro textos no plural na eventualidade da Ordenação de diversos Bispos numa única celebração, e da Ordenação dum só presbítero e dum só diácono.

Por comodidade, repõe-se no Apêndice o *Ritus Admissionis ad Ordinem Sacrum* que é um requisito prévio à celebração das Ordenações dos diáconos e dos presbíteros.

Os *Preliminares* estão divididos em duas partes. A primeira parte diz respeito a cada celebração das Ordenações e precede, depois, os vários capítulos. A segunda parte, contendo o que é próprio da Ordenação do Bispo, ou dos presbíteros ou dos diáconos, está colocada no princípio de cada um dos capítulos.

A divisão dos Preliminares é semelhante às dos outros livros litúrgicos. Trata-se, em primeiro lugar, *De momento Ordinationis*, depois do *De officiis et ministeriis*, seguindo-se o *De celebratione Ordinationis* e por fim uma indicação do que deve ser preparado, *De iis, quae sunt paranda*, em cada Ordenação.

A seguir ao comentário do P. Mário Lessi-Ariosto, publicam-se as orações da ordenação dos presbíteros e dos diáconos em confronto com as orações de 1968, acompanhadas dum breve estudo que põe em relevo os aspectos teológicos que enriquecem o texto.

Por último, vem um precioso estudo de Mons. Pere Tena sobre a oração da ordenação dos presbíteros nesta segunda edição típica.

# XVI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

## A Celebração do Mistério do Natal

### Temas

**O Mistério do Natal** — por D. Manuel Madureira Dias; **O Natal e a Epifania através dos tempos** — pelo P. Dr. Luís Ribeiro de Oliveira; **O Tempo do Advento** — pelo P. Dr. Frei Pedro Ferreira, OCD; **A Celebração Litúrgica do Natal** — pelo Cón. José Ferreira; **A Oitava do Natal** — pelo P. Dr. José de Leão Cordeiro; **A Celebração da Epifania** — pelo P. Dr. Pedro Romano Rocha, SJ; **Música Litúrgica e Música Religiosa do Natal** — pelo Cón. Dr. António Ferreira dos Santos.

### Concerto:

Pela Régie Cooperativa Sinfonia Orquestra do Porto e o Coro da Sé Catedral do Porto.

### Local: Santuário de Fátima

O XVI Encontro Nacional será efectuado no Santuário de Fátima e os seus trabalhos e celebrações terão lugar no Centro Pastoral Paulo VI, na Basílica e na Capelinha das Aparições.

### Data: 23-27/Julho/1990

O XVI Encontro Nacional começará no dia 23, às 17 horas, com a Oração e a primeira Conferência do programa, e terminará ao meio dia de 27 com a Celebração Eucarística.

### Inscrições

As inscrições destinam-se a suportar as despesas do Encontro, incluindo o material que nele se oferece aos participantes: guião das

celebrações litúrgicas, pastas, porta-nomes e impressos.

O agravamento das inscrições feitas depois do prazo pretende, única e exclusivamente, minimizar os transtornos que tais inscrições acarretam à organização e que já se não admitem nos outros países da Europa.

*Até 30 / Junho*

*Depois de 30 / Junho*

Individual .....	1.500\$00	.....	1.900\$00
Casal .....	2.500\$00	.....	2.700\$00
Jovem .....	1.000\$00	.....	1.300\$00

**Hospedagem**

- O Secretariado Nacional de Liturgia, que organiza o Encontro, reconhece a dificuldade, cada vez maior, de garantir alojamento a todos aqueles que o pedem, designadamente em quartos individuais.

- Lembra, mais uma vez, a todos os interessados que a Casa de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo é limitada e não pode acolher todos os pretendentes aos seus quartos individuais ou de duas camas.

- Lembra ainda que as paróquias e as outras comunidades se devem responsabilizar pelos seus jovens durante o Encontro, depois de os escolherem criteriosamente.

- A incapacidade do Santuário de acolher todos os que desejam um quarto de uma ou duas camas obriga a certa dispersão pelas casas que nos prestam essa colaboração e exige uma adaptação de preços.

- Os pedidos de hospedagem só se aceitam até ao dia 30 de Junho.

- Para esclarecimento dos participantes que pedem alojamento e/ou refeições, vão inclusas no quadro seguinte as devidas informações:

1. Refeições e dormidas em quarto individual (4 dias) .....	10.000\$00
2. Refeições e dormidas em quarto de casal (4 dias) por casal .....	17.000\$00
3. Refeições e dormidas em quarto de 2 camas (4 dias) .....	8.500\$00
4. Refeições e dormidas em quartos de mais de 2 camas (4 dias) .....	6.500\$00
5. Só refeições (4 dias) .....	6.000\$00

## Museus da Igreja

O I Encontro da Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja (CNASPCI) com os Responsáveis dos Museus da Igreja efectuou-se no Santuário de Fátima, no passado dia 20 de Abril.

Estiveram representadas 14 das 20 dioceses de Portugal. Na primeira parte dos trabalhos, a que presidiu Mons. Aníbal Ramos, Presidente da Comissão Nacional, foram apresentados os relatórios com a descrição sumária dos museus de arte sacra existentes em cada diocese.

Ao fim da manhã, os participantes puderam visitar a Exposição do Concurso para Jovens Artistas, que foi uma iniciativa do Santuário de Fátima e nele estava então aberta ao público, e tiveram ocasião de ver como os nossos jovens artistas tratam esteticamente a temática religiosa.

De tarde, os trabalhos concentraram-se nas dificuldades e problemas que se põem aos Museus da Igreja no nosso País. Todas as intervenções foram feitas em grande liberdade, escutadas com toda a atenção e discutidas com espírito construtivo.

Das conclusões, que vão ser redigidas com o cuidado que merecem, podemos, desde já, destacar as que nos parecem mais importantes:

- Urgência de uma inventariação sistemática das obras de arte existentes;
  - Segurança efectiva dos objectos expostos;
  - Necessidade de normas e critérios diocesanos e nacionais comuns;
  - Precauções com a formação de técnicos;
  - Criação de centros de restauro a nível regional;
  - Sensibilização do clero e dos cristãos para os valores artísticos que lhes pertence guardar e promover;
  - Revisão da lei do mecenato de modo a não dificultar tanto a concretização dos objectivos que pretende alcançar;
  - Abertura dos Museus da Igreja também à arte religiosa;
  - Voto de que os Museus da Igreja, acima de tudo, estejam ao serviço da evangelização do nosso povo.

D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, encerrou os trabalhos, garantindo o interesse e apoio dos nossos Bispos à solução dos problemas dos Museus da Igreja, apelando para a convergência dos esforços de todos, apontando de preferência para museus vivos em locais dispersos, acautelando contra certas interferências abusivas de entidades governamentais e autárquicas, reafirmando a preocupação da Conferência Episcopal pela formação artística e museológica nos Seminários e Faculdades de Teologia e congratulando-se com o interesse palpável deste Encontro.

## Centro Nacional de Pastoral Litúrgica

No comunicado final da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa realizada no Santuário de Fátima, de 23 a 26 de Abril, foi anunciada oficialmente a abertura, no próximo ano escolar, de um Centro Nacional de Pastoral Litúrgica (CNPL) e a nomeação do seu Director, que é o P. Dr. Frei Pedro Lourenço Ferreira, Provincial da Ordem dos Carmelitas Descalços e Vogal do Secretariado Nacional de Liturgia.

Neste mesmo comunicado se esclarece que o Centro foi possível graças às facilidades de instalação e aos apoios de sustentação garantidos pela Diocese de Leiria-Fátima através do Santuário de Fátima.

O CNPL foi criado pela Conferência Episcopal e dela ficará directamente dependente. Terá como entidades patrocinadoras a Comissão Episcopal de Liturgia e o seu Secretariado Nacional, a Universidade Católica Portuguesa, através da Faculdade de Teologia, e o Santuário de Fátima, através da sua Reitoria.

O Conselho Geral do Centro é constituído por: D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia; P. Dr. Manuel Isidro Araújo Alves, Director da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Mons. Luciano Gomes Paulo Guerra, Reitor do Santuário de Fátima; P. Dr. Pedro Lourenço Ferreira, OCD, Director do CNPL.

O Conselho Directivo é formado pelo Director do Centro, por Mons. Aníbal Ramos, Côn. Dr. António Ferreira dos Santos, Dr. Arq. José António Falcão, e tem por Secretária a Ir. Mirta del Fávero, SMR.

O objectivo fundamental do CNPL é a formação litúrgica contínua de todo o Povo de Deus: clero, religiosos e leigos.

O CNPL não se chama Escola porque segue métodos próprios, em que a exposição e a celebração se completam e enriquecem, e propõe um ritmo de trabalho que pode adaptar-se mesmo às pessoas que frequentam simultaneamente qualquer estabelecimento de ensino, público ou particular.

Tendo em conta o ritmo absorvente da vida moderna, o CNPL privilegiará os cursos intensivos, os fins de semana, os tempos de férias e os dias feriados.

O CNPL abrirá no próximo ano escolar e terá a sua sede nas instalações que lhe serão destinadas no Centro Pastoral Paulo VI do Santuário de Fátima.

O CNPL apresenta o seguinte Projecto de Formação:

**1 — A liturgia na vida da Igreja** (noções gerais): Natureza da liturgia; Acção hierárquica e comunitária; Natureza didáctica e pastoral da liturgia; História da liturgia; A oração na vida do povo de Deus; As celebrações na vida humana.

**2 — A Missa** (Missal e Leccionário) e o culto eucarístico: Teologia da Missa; Os ritos da Missa (IGMR e IGLR); O culto eucarístico fora da Missa.

**3 — Os sacramentos e os sacramentais** (Rituais): Iniciação cristã; Penitência; Unção dos doentes; Ordem; Matrimónio; Consagração religiosa; Exéquias; Bênçãos; Cerimonial dos Bispos.

**4 — A santificação do tempo:** O Calendário Romano; o Domingo; o Ano litúrgico; A Liturgia das Horas; A oração em família.

**5 — Os ministérios litúrgicos** (princípios doutrinais e prática): Leitores; Acólitos; Cantores; Ministros extraordinários da Comunhão; Outros ministérios litúrgicos, entre os quais o do Presidente das Assembleias Litúrgicas.

**6 — A música litúrgica:** A música e a liturgia; A doutrina da Igreja; Critérios e reportórios musicais; A música na Missa; A música nas celebrações dos sacramentos e sacramentais; Iniciação musical; Direcção musical de assembleias litúrgicas; Noções gerais de órgão; Encontro Nacional de Música Litúrgica; Preparação dos tempos litúrgicos.

7 — **A arte sacra:** Lugares de culto; Utensílios litúrgicos; Alfaias litúrgicas e paramentaria; Ornamentação, arranjos florais, limpeza; Arquitectura e formação de arquitectos e técnicos; Restauro de imagens e pinturas; Museus de arte sacra; Encontro Nacional de Arte Sacra.

8 — **O culto mariano e as festas dos santos.**

9 — **A religiosidade popular.**

10 — **A rádio ao serviço da pastoral litúrgica.**

## Grupos Corais Litúrgicos

No dia 2 de Junho, efectuou-se no Santuário de Fátima a I Jornada Nacional de Grupos Corais Litúrgicos promovida pelo Serviço Nacional de Música Sacra.

Vários milhares de cantores litúrgicos — uns 10.000 — provenientes de todo o País, concentraram-se na Cruz Alta e dirigiram-se em filas compactas de vinte pessoas cada para a Capelinha das Aparições, cantando a ladaíinha de Nossa Senhora. Na Capelinha fez-se uma breve celebração mariana, a que presidiu Mons. Anibal Ramos, director do Secretariado Nacional de Liturgia, que, após a leitura do Evangelho (Jo 19, 25-27), fez a seguinte homilia:

Dentro do espírito da Palavra de Deus que acabámos de ouvir e da Jornada Nacional que estamos a iniciar, convido-vos a assumir, desde já, a nossa dupla condição de *peregrinos de Fátima* e de *peregrinos do Canto Litúrgico*.

Como peregrinos de Fátima, damos graças a Deus por Aquela que, junto à cruz, nos foi dada por Mãe, e que durante a visita a sua Prima Santa Isabel proclamou o hino belo, humilde e agradecido do **Magnificat**, que a Igreja nos faz repetir diariamente no cântico evangélico de Vésperas.

Como peregrinos de Maria, aqui vimos ao centro geográfico do nosso País e ao coração da piedade mariana em todo o Mundo pedir a sua protecção para as nossas vidas e para os nossos serviços na Igreja.

Como peregrinos de Maria, queremos rezar como Ela, louvar

como ela e cantar como Ela, quer com a nossa voz quer com o testemunho da nossa vida.

Como peregrinos da Liturgia através do Canto, procuramos pôr em prática a recomendação do Apóstolo:

"A palavra de Cristo permaneça em vós em toda a sua riqueza, para vos instruídes e aconselhardes uns aos outros com toda a sabedoria; e com salmos, hinos e cânticos inspirados, *cantai* de todo o coração a Deus a vossa gratidão" (Cit. in IGLH, 33).

Como peregrinos da Liturgia aprendemos com o Concílio que "os actos litúrgicos se revestem de mais nobreza quando são celebrados de modo solene com o *canto*, com a presença dos ministros sagrados e a participação activa do povo" (SC 113).

Como peregrinos do Canto nas celebrações da Igreja, queremos ter cada vez maior consciência do serviço que prestamos às assembleias litúrgicas e reuniões de piedade popular, ajudando-as a participar plena, consciente e activamente com mais gosto e maior fruto (cf Inst. *Musica Sacram*, 5).

Como peregrinos do Canto, sabemos que este deve ser, antes de tudo, *interior*, e para isso se impõe a indispensável formação litúrgica, a fim de que, cantando, os fiéis se unam em espírito àquilo que exprimem e colaborem com a graça de Deus (cf *Ibid.*, 15 a).

Como peregrinos do Canto, queremos testemunhar a nossa íntima convicção de que não há nada mais festivo e mais desejável nas acções sagradas do que uma assembleia que, toda ela, expressa a sua fé e a sua piedade por meio do canto.

E concluímos fazendo nossa a oração do Papa João Paulo II no fim da sua Exortação Apostólica sobre a Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo:

*"Ó Virgem Santíssima,  
Mãe de Cristo e Mãe da Igreja,  
com alegria e admiração  
nos unimos ao teu Magnificat,  
ao teu canto de amor reconhecido."*

Depois, no Centro Apostólico Paulo VI, o P. Manuel José Dias Amorim, da Diocese do Porto, fez uma valiosa e oportuna comunicação sobre "O Coro litúrgico na liturgia do Vaticano II", em que procurou estabelecer o perfil do coralista para o coro litúrgico e acentuar o ministério litúrgico do coro. Disse também que este ministério exige uma grande disponibilidade por parte dos coralistas. É necessária aprendizagem mu-

sical e vocal, e uma formação permanente, já que "o trabalho dum coro está sempre por fazer". Não deixou de assinalar que cabe ao coro assegurar a qualidade e a "funcionalidade ritual" do canto, e promover a participação activa ("actuosa") da assembleia. Referiu-se por fim ao lugar do coro na assembleia, mas acentuou que "mais que o lugar, é importante o espírito com que o coro está na celebração".

Após o intervalo do almoço, o Cón. José Ferreira, da diocese de Lisboa, tratou o tema "a formação para o ministério do canto" com a competência e a vivacidade que o caracterizam. Salientamos da sua intervenção, a integração do canto na assembleia cristã, os ministros do canto na acção litúrgica, o mistério da celebração, e, por falta de espaço, limitamo-nos a citar as palavras finais:

"Coros das igrejas de Portugal, não sois nem um extra, nem um luxo nas nossas igrejas. Sois a voz viva de um povo em quem a voz de Cristo não interrompe nunca o hino de louvor e acção de graças ao Pai das misericórdias, sois os corifeus e parafonistas de um coro maior que é a própria comunidade cristã da nossa terra.

Em qualquer assembleia litúrgica em que vos encontrais, lembrai-vos que cada uma delas, é o sinal, nesse lugar, da universal Igreja de Jesus Cristo, presente em toda a terra. Por vós especialmente se há-de manter viva e sempre renovada a voz da Esposa, a Igreja, no diálogo de louvor com o celeste Esposo, Jesus Cristo. A Ele o louvor e a glória para sempre".

Esta exposição foi completada com um debate animado e esclarecedor.

Às 17.30, D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, presidiu à Eucaristia na esplanada da Basílica e à homilia começou por se referir ao acontecimento de Pentecostes e ao seu papel fundamental na vida da Igreja. A acção transformadora realizada na inteligência e no coração dos Apóstolos, até aí escondidos com medo dos judeus, foi sensível e imediata. Desapareceu o temor, a fortaleza recebida do Espírito fez retirar as trancas das portas e levou os Apóstolos para as praças públicas e para o meio das multidões.

Apesar da diversidade das línguas dos ouvintes, todos entenderam a pregação de São Pedro, como se cada um ouvisse na sua própria língua. A conversão à fé em Jesus Cristo foi avassaladora, e aquela grande multidão pediu para ser baptizada.

Os prodígios do Pentecostes na Igreja nascente repetem-se hoje, de muitos modos, na comunidade cristã. Onde houver abertura, aí está

o Espírito com a abundância dos Seus dons. Se a Igreja se converte, é pela acção do Espírito Santo; se louva as maravilhas do Senhor, é pela acção do Espírito Santo; se incarna e assume as alegrias e as tristezas, as aspirações e as esperanças dos homens, é ainda e sempre pela acção do Espírito Santo.

Os participantes desta I Jornada Nacional de Grupos Corais desempenhavam nas assembleias cristãs um verdadeiro ministério litúrgico. Reza sobre eles uma grande responsabilidade — a de levar o povo cristão ao louvor das maravilhas de Deus e à celebração plena e consciente do Mistério Pascal de Cristo através do Canto.

Concluiu fazendo votos por que esta Jornada fosse o arranque para novas iniciativas e por que todos partissem dali mais conscientes das suas responsabilidades e mais entusiasmados para a continuação da sua acção pastoral nas comunidades cristãs do nosso País.

## O Património Histórico-Cultural da Igreja

Com a data de 14 de Maio passado, a Conferência Episcopal Portuguesa publicou numa oportuna Nota Pastoral sobre o Património Histórico-Cultural da Igreja.

Esta Nota Pastoral começa por definir o que entende por património histórico-cultural, "sinal de permanência e da duração histórica do ser humano, da configuração da sua vida segundo valores e obras que transcendem o efémero", e o património histórico cultural da Igreja que "é constituído pelos bens e valores materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, nos quais se consubstancia um legado precioso da comunidade de salvação que é a Igreja Católica".

A origem deste património, que se foi enriquecendo ao longo da história, prende-se ao exercício da missão evangelizadora e pastoral da Igreja.

As finalidades do património da Igreja podem condensar-se nas seguintes: *cultural*, já que os templos, as imagens, as alfaías litúrgicas, os livros litúrgicos, os instrumentos religiosos, as produções literárias, plásticas e musicais, nasceram para o serviço do culto divino; *catequística*, pois a mensagem evangélica e a doutrina da Igreja chegam

aos homens através do anúncio e da educação, para a qual o património em boa parte nasceu; *caritativa*, porque o património eclesiástico está na origem de muitas instituições de solidariedade social cristã, como é o caso, por exemplo, das Misericórdias; *histórica*, porque o património é, ao mesmo tempo, expressão significativa da tradição viva da Igreja através dos séculos; *reflexo da identidade da comunidade eclesial* por meio dos arquivos eclesiásticos, que "têm importância essencial na vida da Igreja".

A propósito dos atentados ao património da Igreja e sem qualquer intenção de abrir polémicas já superadas, a Nota Pastoral recorda três momentos em que o Estado se apropriou injusta e violentamente de parte importante do património da Igreja em Portugal.

O primeiro foi o da expulsão da Companhia de Jesus por ordem arbitrária do Marquês de Pombal. A herança cultural dos jesuítas, de valor incalculável, foi em parte apropriada e em parte desbaratada.

O segundo foi o da extinção das Ordens Religiosas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834, "na origem do qual esteve um processo de estatização do importante património destas instituições", "representando um caso maciço de expropriação sem qualquer indemnização".

O terceiro e último foi a Lei da Separação republicana de 20 de Abril de 1911, que nacionalizou a totalidade dos bens da Igreja, descaracterizando numerosos tempos e edifícios, destruindo outros e afectando muitos deles a fins que repugnam à sua natureza.

A história mostra — avisa a Nota Pastoral — que as pretensões de monopólio por parte do Estado conduzem, inevitavelmente, à degradação do património, ao empobrecimento das iniciativas e ao desrespeito da função social dos bens da Igreja.

Ao Estado só competem as actividades que não possam ser exercidas, pelo menos com igual vantagem, pelos particulares ou por instituições de grau inferior.

A Nota Pastoral lembra oportunamente que o regime actual é marcado pela Concordata de 1940, que procurou restabelecer algumas condições de justiça e dar satisfação às aspirações do povo português. Efectivamente, o artigo VI da Concordata reconheceu à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estavam na posse do Estado, promovendo a restituição de alguns — bem poucos, por sinal, — com excepção daqueles — quase todos — que estavam afectadas a serviços públicos ou tinham sido classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público.

Este regime concordatário assentou num princípio de reposição da justiça e não é mais favorável à Igreja do que o da generalidade dos Estados europeus.

Num clima destes, criado ao longo de meio século, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, levantou problemas que não existiam. Foi com preocupação que o Episcopado reagiu na sua Nota Pastoral, datada de 14 de Novembro de 1985.

Nesta mesma Nota, "a Conferência Episcopal reafirma os direitos da Igreja constantes da Concordata, entende ser inadmissível o conteúdo" notoriamente estatizante de "poderes discricionários do Estado sobre tais bens que se encontram defendidos pela lei concordatária vigente" e pede aos responsáveis — párocos, reitores de Igrejas, comissões, confrarias e comunidades cristãs em geral que exerçam "toda a vigilância e cuidado com os valores culturais à sua guarda".

Os nossos Bispos apelam para uma cooperação sincera entre a Igreja e a Sociedade Civil no que respeita ao património eclesiástico.

A Nota Pastoral aponta o exemplo da Igreja que criou recentemente, pela Constituição *Pastor Bonus*, de 1988, a Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Cultural da Igreja em todo o mundo. Faz referência à criação da Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja, a nível nacional, e às Comissões de Arte Sacra existentes em cada diocese.

O papel activo dos leigos é requerido nas comissões da Igreja a todos os níveis, nas associações de defesa do património, criadas ou a criar, na gestão e valorização dos monumentos particularmente importantes, no estudo e divulgação das peças notáveis do património eclesiástico, na animação cultural e no processo da inventariação.

A Conferência Episcopal alarga o âmbito do património aos objectivos e documentos humildes, como sejam: as imagens populares e os objectos de culto singelos, as pedras tumulares, os marcos epigráficos, nichos e ex-votos, as melodias antigas, as orações populares, o rol dos fregueses e os livros das irmandades.

A Nota Pastoral indica, por último, como acções mais urgentes: a renovação das Comissões Diocesanas de Arte Sacra, o inventário artístico e documental do património, os encontros de sensibilização e esclarecimento técnico, a fundação de associações interdiocesanas de museus e arquivos, de oficinas de restauro, a promoção de exposições temáticas e de encontros com artistas, a publicação de artigos sobre o património e cuidados da segurança contra os roubos e incêndios.